



DISCURSO DE APRESENTAÇÃO DO PRÊMIO KLUGE*

PAULA MONTERO

[*] Sesc Anchieta, São Paulo, 17 de agosto de 2012.

É com imensa alegria que o Cebrap celebra a premiação John W. Kluge que foi outorgada a Fernando Henrique Cardoso pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos em julho de 2012. Trata-se do maior reconhecimento que um cientista social pode receber. O Prêmio Kluge, que começou a ser concedido em 2003, distingue o conjunto de uma obra científica nas áreas das humanidades não cobertas pelo Prêmio Nobel reconhecendo seu impacto e influência para a compreensão da experiência humana e social.

Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro latino-americano a ser agraciado com o prêmio; ele foi escolhido pelos membros do conselho curador da Biblioteca do Congresso americano, após consulta a cerca de três mil intelectuais e homens públicos. Apenas sete pessoas foram reconhecidas com o prêmio antes de Fernando Henrique: o filósofo e historiador polonês Leszek Kolakowski, conhecido pelos seus estudos sobre o marxismo; o filósofo e pensador francês Paul Ricoeur; o historiador norte-americano Jaroslav Pelikan; o emérito também historiador norte-americano especialista em escravidão John Hope Franklin; o filósofo chinês Yu Ying-shih; o escocês Peter Robert Lamont Brown, especialista em história antiga e medieval; e a historiadora indiana Romila Thapar.

Nas palavras de James Billington, historiador e responsável pela Biblioteca do Congresso, os curadores que decidiram a premiação reconheceram que “a obra de Fernando Henrique Cardoso, voltada para o estudo das estruturas sociais, da economia e das relações raciais no Brasil, estabeleceu a base intelectual de sua liderança como presidente na transformação do Brasil em uma democracia de inclusão e com forte crescimento”.

O Kluge Center, enquanto patrocinador do prêmio, espera que seu vencedor seja uma referência importante para os estudantes em todas as áreas, para os envolvidos em assuntos públicos e para os leigos em geral, no que diz respeito aos valores acadêmicos e modos de pensar.

Ninguém poderia preencher melhor esse figurino do que nosso homenageado, Fernando Henrique Cardoso.

O empresário da indústria televisiva John W. Kluge escolheu a

Biblioteca do Congresso como beneficiária de seu *endowment* por reconhecê-la como a maior e mais respeitada instituição depositária do conhecimento humano. Ao criar o prêmio, Kluge afirmou seu desejo de ajudar a impulsionar a biblioteca para além do seu papel de líder em educação e conhecimento. “Minha esperança”, disse ele à época, “é que este novo prêmio possa contribuir para melhorar o diálogo entre estudiosos e legisladores em benefício do fortalecimento da democracia em nossas sociedades.”

Em seu discurso de agradecimento no dia da premiação Fernando Henrique reconhece sua dupla vocação de intelectual e homem público. “Ao longo dos anos, muitas pessoas sábias me disseram das dificuldades enfrentadas por aqueles que tentam a vocação dupla de político e acadêmico”, asseverou em sua fala. “Alguns sugeriram até que a conciliação dessa dicotomia exige um ‘pacto com o diabo’. Isso sempre me pareceu um exagero. Mas minha história é, em muitos aspectos, profundamente enraizada nessas escolhas: entre valores e prática, entre a razão e a emoção.”

A visão de que a sociologia é, como se dizia nos tempos antigos, uma ciência moral permitiu, segundo Fernando Henrique, “vincular sua formação acadêmica a seu impulso para promover a mudança e influir na realidade”.

Como sabemos todos, o Cebrap foi fruto dessa utopia.

Ainda que temesse por sua segurança pessoal, Fernando Henrique, ao invés de deixar o país naqueles dias difíceis, preferiu ficar e resistir, fazendo o que fosse possível para criar as condições de continuidade de um pensamento livre. Fundado como um *think tank* independente, o Cebrap se tornou, naquele período, o que Fernando Henrique chamou de “uma espécie de mosteiro na Idade das Trevas vocacionado para manter viva a chama da resistência e preservar os pequenos espaços de liberdade de pensamento”.

Nos anos 1970, especialmente na segunda metade, a questão central para a geração fundadora do Cebrap passou a ser a democracia, tema que ainda não recebera a devida atenção na literatura daquele período. No entanto, diferentemente do Iseb, o mais influente *think tank* do país naquele momento, o Cebrap não se assumiu como porta-voz dos movimentos sociais, não pretendeu se transformar em centro formulador de doutrinas. Sua influência se estabeleceu por meio de sua capacidade de oferecer sólidas análises do contexto social e político do país.

Formado por um grupo de pesquisadores oriundos de diversos campos do conhecimento, o filósofo José Arthur Giannotti, a demógrafa Elza Berquó, o sociólogo Candido Camargo Procópio, o economista Paul Singere e o cientista político Juarez Brandão Lopes, o Cebrap, já em seu primeiro relatório anual de 1970, define sua missão em con-

traposição ao que se fazia então na universidade: pretendia implementar novos métodos de trabalho científico para superar a compartimentalização do conhecimento, estimular o trabalho coletivo, expor-se ao debate crítico dos seus pares e suplantar os constrangimentos burocráticos da estrutura universitária tradicional.

Em 1980 o Cebrap se estabeleceu no endereço atual, na Vila Mariana.

Nessa década produziu seus diagnósticos mais influentes sobre a pobreza e a desigualdade no Brasil: *São Paulo: o povo em movimento*, de Paul Singer e Vinícius Caldeira Brandt (1980), e *São Paulo: trabalhar e viver*, de Vinícius Caldeira Brandt (1989).

Essas obras completam a trilogia iniciada em 1975 com o clássico *São Paulo: crescimento e pobreza*, no qual Fernando Henrique, ao lado de Lúcio Kowarick, Vinícius Caldeira Brandt, Candido Procópio e outros pesquisadores, demonstra que, paradoxalmente, nos anos do chamado milagre brasileiro, apesar do forte desenvolvimento econômico, 80% da população sofreu uma queda na sua renda real.

Com o afastamento de Fernando Henrique do Cebrap em 1983, Giannotti assume a direção da casa por quase doze anos. Foi ele quem construiu a ponte para as novas gerações. Ao seu lado, Elza Berquó, pioneira nos estudos de dinâmica populacional no Brasil, tornou o Cebrap referência no campo de estudos de reprodução humana. Nos anos 1970 e 1980 a questão das populações tornara-se um problema político decisivo. O debate opunha, de um lado, os que faziam apologia das políticas de controle populacional e, do outro, os que achavam que era preciso povoar o Brasil. Mas, na verdade, havia um vazio de informações a respeito do tema. Em sua atuação no Cebrap ao longo dessas quatro décadas Elza Berquó dedicou-se ao aprimoramento das metodologias de coleta de informações e a fazer-se ouvir nos fóruns governamentais e internacionais sobre as questões candentes que envolvem a saúde da mulher, o planejamento familiar e o comportamento sexual. Como ela mesma observa em uma entrevista, o Cebrap, com seu trabalho, estava “exibindo a cara do Brasil por meio do trabalho científico”.

Desde então o Cebrap e o Brasil mudaram muito.

Quanto ao Cebrap, embora tenha permanecido fiel à vocação de seus fundadores de vincular a formação acadêmica ao impulso de promover a mudança, os temas de pesquisa se ampliaram e agruparam em grandes áreas de interesse e núcleos de pesquisa. O corpo de pesquisadores também cresceu e se diversificou. Ao completar seus quarenta anos em 2011, o Cebrap contava com algo em torno de 68 pesquisadores entre sêniores, plenos e assistentes.

Mas, é claro, nem tudo foram flores.

A abertura democrática, a criação e a consolidação de programas de

pós-graduação nas universidades, o afastamento de alguns membros da primeira geração, inclusive o de Fernando Henrique para se tornar senador, tiveram um profundo impacto na instituição obrigando-a a iniciar um longo período de transição geracional e de redefinição institucional. Com o andamento do processo de redemocratização emerge o sentimento de que talvez o Cebrap tivesse perdido sua razão de existir, sua função primeira de crítica social. As mudanças estruturais da sociedade brasileira passaram a exigir uma complexificação dos alinhamentos teóricos, fazendo com que o Cebrap perdesse sua problemática unificadora. As gerações que se seguiram, algumas delas formadas nos centros de pós-graduação em ciência política dos Estados Unidos, trouxeram novos instrumentais analíticos para enfrentar os debates mais contemporâneos sobre democracia, Estado, partidos políticos e eleições. Para o bem e para o mal, já não era mais possível esperar que todos os pesquisadores do Cebrap dispusessem de uma linguagem teórica compartilhada. As virtudes do período heroico — o pluralismo intelectual, a recusa em transformar a instituição em centro produtor de doutrinas e porta-voz de grupos específicos, a diversificação temática, fatores tão importantes na consolidação do Cebrap como centro de referência — pareciam não funcionar tão bem nos anos 1990.

Cabe destacar, no entanto, duas grandes iniciativas que, a meu ver, marcaram a trajetória e o perfil do Cebrap nas décadas de 1990 e 2000. A criação, em 1986, do Programa de Formação de Quadros Profissionais, dirigido por Giannotti e apoiado pela Capes, e a fundação, em 2000, do Centro de Estudos da Metrópole, apoiado pela Fapesp.

Pelo Programa de Formação de Quadros passaram mais de 120 bolsistas de diferentes disciplinas, que trabalhavam ao longo de dois anos sob a batuta exigente de seu mentor. O programa tinha como objetivo renovar o Cebrap, formar novos quadros, tentando contrabalançar, na visão de Giannotti, o processo de massificação que tomava conta, então, do ensino superior com a rápida expansão das universidades. O programa reavivou e estendeu para as novas gerações uma das qualidades mais significativas do *ethos* fundador da instituição: a formação de um espírito científico fundado no esmero do aprendizado, no rigor das ideias, na amplitude dos interesses e no gosto pelo debate.

A criação do Centro de Estudos da Metrópole dez anos mais tarde foi também um marco importante na redefinição da instituição. A elaboração do projeto inicial galvanizou o Cebrap como um todo. Ao longo de vários meses seminários e debates internos procuraram, ao mesmo tempo, fazer convergir os temas trabalhados para um campo comum de interesses e construir uma linguagem teórica compartilhada. Posso testemunhar, porque estive à frente desse esforço coletivo

ao lado de Argelina Figueiredo, que foi uma experiência extraordinária. O esforço, além de colocar novamente a competência acadêmica a serviço de uma sinergia interdisciplinar, contribuiu para revitalizar e redefinir a outra face do *ethos* fundador da instituição: sua vocação política, ou, dito ao modo de Fernando Henrique, seu impulso para promover a mudança e influir na realidade social. E isto o CEM, e o Cebrap, vêm fazendo com qualidade e *expertise* em áreas como educação, saúde, trabalho, desigualdade e pobreza. Sem perder o rigor inerente à pesquisa científica de alta qualidade, tem colocado o avanço do conhecimento e a inteligência metodológica a serviço das políticas públicas em questões de grande complexidade na área social.

O Cebrap nunca pretendeu consolidar-se como uma escola de pensamento na qual gerações sucessivas se integrassem a uma mesma proposta analítica. A diversidade de pensamento sempre foi sua moeda forte. Mas, olhando para trás, podemos ver que as novas gerações, de diversas maneiras, deram continuidade a seu projeto original. O desejo e o empenho em criar as condições de um futuro melhor para o Brasil enfrentando sua imensa desigualdade social, compreendendo suas possibilidades de desenvolvimento econômico e, sobretudo, fortalecendo suas instituições democráticas, estavam lá, na origem, e ainda estão aqui, hoje, em nossa maneira de atuar.

Fernando Henrique afirmou, em seu discurso de premiação, que sua formação acadêmica foi a base para tudo que veio depois. Os temas de suas pesquisas mudaram ao longo do tempo, mas nunca seus objetivos iniciais: “Eu queria entender o que estava acontecendo no Brasil contemporâneo”, disse ele. “Eu queria derrubar mitos.” Fernando Henrique reconhece que seu preparo acadêmico lhe forneceu as ferramentas que lhe permitiram aventurar-se no mundo e tentar, à sua maneira, um pequeno passo de cada vez, desbatar essa teimosa fachada da desigualdade brasileira.

Essa é a chave do legado que Fernando Henrique deixou para nós, no Cebrap. Assim, ainda que eu reconheça que a honra de ter sido agraciado pelo prêmio “é toda dele”, como ele bem lembrou jocosamente a um amigo no jantar da premiação, gostaria de compartilhar essa honra com todo o Cebrap, instituição que ele fundou e que há quatro décadas persevera na crença do valor do trabalho do pensamento para a transformação da vida social.

Celebramos como cebrapianos e brasileiros o reconhecimento que lhe foi conferido pela comunidade científica mundial ao lhe outorgar tão importante premiação. Ela vem coroar uma trajetória que, para nós, é parte de nossa história. Por tudo isso, só posso dizer hoje, ao nosso homenageado, estamos orgulhosos e nos congratulamos com a honraria recebida: o seu gesto inaugural há quatro décadas, fez toda a diferença. Muito obrigada.

Em sua homenagem neste dia, e como expressão de reconhecimento de que o Cebrap faz parte do legado que você nos deixou, gostaríamos de presentear-lo, pelas mãos de Elza Berquó, com um fac-símile da ata de fundação do Cebrap, de 1969.

PAULA MONTERO é professora titular da FFLCH-USP e presidente do Cebrap.

ESTIMADO FERNANDO

ELZA BERQUÓ

Há quarenta e três anos, três meses, treze dias e uma hora (3 de maio de 1969, às 17 horas) nos encontrávamos no apartamento 122 da rua Espírito Santo, do saudoso Candido Procópio Ferreira de Camargo, para fundar o Cebrap como uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com objetivos de pesquisa, assistência técnica, consultoria, treinamento e ensino.

Essa iniciativa se deu sob sua inspiração e liderança.

Afastados da USP pelo AI-5, de 13 de dezembro de 1968, em menos de seis meses já estávamos unidos em torno de um projeto comum, que permitiu que nos apoiássemos uns aos outros naqueles anos da truçulenta ditadura militar.

Todos nós tivemos oportunidades de deixar o país, a convite de universidades estrangeiras, mas decidimos ficar para dar continuidade aos nossos estudos de pensar o Brasil na perspectiva da retomada de seu destino democrático. E conseguimos.

Você foi o que chegou mais longe, embora sempre perto dos fundadores, dos amigos e das novas gerações do Cebrap.

Ao entregar a ata da fundação do Cebrap, entrego o registro de um pedaço de nossa história.

Parabéns!

ELZA BERQUÓ é professora titular da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e fundadora do Cebrap.



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: TEORIA DA DEPENDÊNCIA E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

FERNANDO LIMONGI

Estamos reunidos hoje para celebrar a obra de Fernando Henrique Cardoso. Viemos prestar uma homenagem, manifestar publicamente o reconhecimento dos membros do Cebrap à contribuição feita por Fernando Henrique Cardoso às ciências sociais. Se integrássemos o comitê do Prêmio Kluge teríamos feito a mesma escolha.

Pediram-me para fazer uma breve apresentação da obra do nosso homenageado. A ênfase foi no breve. Prometo: serei breve. Mas o breve justifica as escolhas arbitrárias que fiz na reconstituição da trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso. Se omito esta ou aquela obra, se passo ao largo deste ou daquele momento de sua carreira, é simplesmente porque estou sendo obediente. Trata-se de uma breve reconstituição. Necessariamente idiossincrática.

Ainda que estejamos celebrando a obra acadêmica de Fernando Henrique Cardoso, impossível esquecer do político, do político que ocupou a presidência da República. Não há como deixar de refletir sobre as duas carreiras trilhadas e, mais do que isso, sobre o notável sucesso alcançado em ambas. Há de se convir que não é pouca coisa. Poucos receberam o Prêmio Kluge e poucos ocuparam a presidência da República.

Recuperando o clima intelectual em que Fernando Henrique Cardoso se formou, a referência aos conhecidos e justamente famosos ensaios de Max Weber sobre a política e a ciência como vocações é inescapável. Para todos aqueles que se formaram no interior da tradição das ciências sociais da USP, tradição esta que Fernando Henrique Cardoso tanto ajudou a criar, esses ensaios são, por assim dizer, leitura básica e obrigatória. Todos os lemos. Fernando Henrique, com certeza, os usou como bibliografia em seus cursos. Fernando Henrique assina a revisão técnica de uma das traduções desses trabalhos publicada no Brasil.

São dois ensaios. Para Weber, e não apenas para Weber, seriam duas carreiras distintas, sem comunicação imediata. O cientista e o político teriam *ethos* próprios, teriam que atender a reclamos de ordem diversa. Seus comprometimentos envolveriam lógicas distintas.

Não é minha intenção ir adiante nessa remissão. Para além de ser breve, não pretendo chateá-los. Essas referências vagas são suficientes para o que pretendo estabelecer como ponto de partida: Fernando Henrique Cardoso refuta a tese. Trilhou ambas as carreiras e o fez com distinção. Mais do que isso, como procurarei mostrar, Fernando Henrique pautou sua atuação nesses dois campos por uma única convicção. A ética de que se valeu, contudo, não foi aprendida com o sociólogo alemão ou em qualquer outro livro.

O certo é que não faltam cientistas, sobretudo cientistas sociais, que se lançaram na carreira política. Tampouco há escassez de políticos mal sucedidos, em fim de carreira, que após serem derrotados pelas urnas buscam refúgio na academia. Há muitos dublês de políticos e acadêmicos. A questão está em obter sucesso em ambas as carreiras. Albert O. Hirschman, com toda a sua erudição, em visita ao Cebrap logo após a eleição de 1994, não foi capaz de citar muitos cientistas convertidos a políticos de sucesso. Não passou de um par de casos, contando-os nos dedos da mão.

Pois bem, como essas duas vocações puderam ser aliadas? Como foi possível chegar ao ponto mais alto em ambas?

O fato é que no início de sua carreira como cientista, seria muito difícil vislumbrar a mais remota possibilidade de que o jovem professor viria a se candidatar ao Senado e, posteriormente, chegar à presidência. Como todos sabem, o uso do avental era mandatário na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A ciência estava no centro. Fazer ciência era o objetivo maior.

Que era este o objetivo, que o compromisso era com a ciência, é algo que é afirmado e reafirmado por todos os membros daquela ilustre geração. Não há entrevista ou memória do período, das reconstituições mais leves às mais elaboradas, em que se deixe de notar que na Maria Antônia se buscava fazer ciência, ciência com maiúsculas e em negrito. Aqueles que vieram a ser identificados como os representantes da Escola Paulista de Sociologia, os sociólogos reunidos em torno de Florestan Fernandes, buscavam manter uma distância, digamos, profilática da política.

Pode ser um exagero, mas, desses depoimentos, a ideia que se faz do grupo é a de que seguiam à risca os ensinamentos de Weber e tantos outros: a atividade científica pede isolamento da política militante. A ciência só floresce quando protegida por uma série de casamatas penosamente construídas e defendidas. De outra forma, estariam negadas as condições para a atividade científica, para a definição de uma agenda de pesquisas ditada por sua própria lógica. Só assim o rigor da atividade científica suplanta o ensaísmo. Por essas razões, como todos sabemos, a Escola Paulista de Sociologia e o Iseb seriam antípodas, opostos pelo vértice.

Não que a ciência que praticavam não fosse engajada ou não estivesse atenta à realidade social e política brasileira. Antes o contrário. Tratava-se de fazer uma ciência comprometida com entender as transformações sociais em curso; a formação da sociedade de classes no Brasil. No máximo, no *ethos* desses cientistas, em uma leitura *mannheimiana* das relações entre ciência e política, caberia influenciar e dirigir esse processo.

Ainda que assim fosse, ainda que buscasse influenciar a mudança, a ciência social almejada era uma que se resguardasse das relações diretas com o mundo político. Cátedra e palanque não se misturavam. Não deveriam se misturar. A cátedra pedia o avental branco.

Se assim foi no princípio, se essa era a ambição original do cientista social, como entender a entrada na política? Na realidade, há uma questão prévia, anterior, que pede resposta. Por que um grupo de cientistas sociais tão confessadamente apolítico acaba sendo afastado da universidade? Por que afinal foram cassados?

Quando das comemorações de quarenta anos de fundação do Cebrap, em meio aos inúmeros depoimentos que colhemos naquela oportunidade, eu coloquei essa questão ao Giannotti. Por que vocês foram cassados se não estavam metidos na política? A resposta, e talvez não tenha sido bem isto que o Giannotti me disse, mas foi assim que eu entendi, foi que a cassação teria se dado em função da atuação no Conselho Universitário da USP. A política universitária, e não a partidária, teria sido a causa do afastamento da universidade e da punição política. Mas o que realmente me chamou a atenção foi o complemento à resposta, um comentário sem maiores pretensões, jogado ao ar: “Na verdade, quem de fato fazia política era o Fernando. Ele era o único a conversar com a direita, entender o que eles queriam. A gente não conseguia entender as razões por trás das posições da direita. O Fernando Henrique conversava com todo mundo, negociava. Por isso, estava fazendo um baita estrago”.

Já faz algum tempo que tivemos essa conversa. Não sei se a reprodução é fiel. Não importa. Mas para quem leu *O presidente segundo o sociólogo* não há como não se lembrar da passagem em que o então presidente relembra os ensinamentos de seu pai: “O meu pai dizia era que nunca se devia deixar de falar com o carcereiro. Nas diversas vezes em que ele foi preso nunca deixou. [...] Mesmo preso, você tem que falar, não deixar o adversário longe. Tem que falar o tempo todo. E com o guarda, não com o capitão”¹.

Essas reflexões, que bem poderiam ter sido feitas por Riobaldo, ou outro personagem qualquer de Guimarães Rosa, para fazer referência a um autor que Fernando Henrique Cardoso reverencia, são cruciais para entender as duas carreiras, a ponte que liga uma a outra. Deve-se conversar com todo mundo, sobretudo com o carcereiro. Ele, o guarda,

[1] Cardoso, Fernando Henrique. *O presidente segundo o sociólogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 342.

é central para trazer as notícias do mundo. E é isto que distingue os grandes intelectuais e os grandes políticos: a capacidade de receber e processar as notícias do mundo.

Ouvir e compreender as diferentes opiniões — argumentos e razões —, incluindo a dos adversários, é algo sempre saudado entre os políticos. É uma característica citada com frequência para explicar carreiras políticas bem-sucedidas. Um bom político precisa ser capaz de ouvir. Digamos, esse ponto é consensual e podemos dá-lo como estabelecido. Que essas sejam qualidades necessárias para um bom intelectual, contudo, creio eu, nem sempre é notado. Por vezes, parece-me, aponta-se na direção contrária, criando-se um ideal de intelectual que se aferra a suas ideias de forma intransigente, como se o intelectual precisasse acreditar em suas ideias com o fervor de um sacerdote.

A abertura para receber notícias do mundo é crucial para o cientista social, equivale à recusa de se acomodar, a se contentar com as explicações dogmáticas, prontas e acabadas. Para tanto, é preciso que ouça e entenda os argumentos, independentemente de quem os enuncia.

Pois muito bem, tendo feito esta longa introdução, tendo estabelecido este ponto de partida, posso passar à breve apresentação da obra que me foi solicitada. Contando com esse pano de fundo, é possível identificar o fio condutor das diversas contribuições de Fernando Henrique às ciências sociais. A sua característica maior é o questionamento constante, a recusa à resposta fácil, negar a explicação convencional, negar o dogmatismo.

Serei específico. Vou citar exemplos. Escolhi duas contribuições para ilustrar a caracterização que acabei de fazer. Nessas duas oportunidades, nessas duas contribuições, Fernando Henrique Cardoso chacoalhou paradigmas estabelecidos, desafiou a explicação convencional, dispôs-se a pensar livremente, escapando do conforto que a reprodução do já conhecido oferece. E, como mostrarei, no segundo caso, voltou-se contra as suas próprias ideias. Isto é, Fernando Henrique Cardoso contribuiu para revisar as contribuições que fizera no passado e que, perigosamente, começaram a ser tratadas como dogmas. Difícil, ao meu ver, encontrar exemplo maior de grandeza intelectual.

Aos exemplos. O primeiro, como não poderia deixar de ser, é a teoria da dependência. Sem dúvida alguma, se há um trabalho ou obra que se associa imediatamente a Fernando Henrique, esta obra é *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, escrita em 1966, no exílio, no Chile, em coautoria com Enzo Faletto.

Para as gerações atuais, e mesmo para a minha, é difícil explicar a ruptura contida nessa obra. Difícil porque todos somos, por assim dizer, aspas, “dependentistas”. Nós pensamos dentro desse modelo. Queramos ou não. Fomos educados — para os mais velhos, reeducados — dentro desse paradigma. Respiramos teoria da dependên-

[2] Cardoso, Fernando Henrique, Faletto, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 34.

cia. Seu sucesso foi tamanho que as teses que a obra rejeitou foram relegadas ao completo esquecimento. As que não foram inteiramente esquecidas são lidas de outra forma, são, hoje, compatibilizadas com a teoria da dependência. O contraste e a ruptura foram esmaecidos, e tudo se passa como se uma leitura marxista da história da América Latina fosse automaticamente cunhada nos termos postos pela teoria da dependência.

Para mostrar o que há de novo em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* e, obviamente, na produção de Fernando Henrique Cardoso que a antecede e a sucede, é preciso abrir gavetas, ir às estantes e consultar livros empoeirados, ler o que ninguém mais lê. A proposição forte da obra é bastante simples. O ponto de partida é a rejeição de que — eu cito — “nos países em desenvolvimento se esteja repetindo a história dos países desenvolvidos”². Reconhecer hoje, para usar a linguagem corrente, a diversidade das rotas de desenvolvimento é, por assim dizer, trivial. Bem, o ovo teve que ser posto em pé pela primeira vez...

Contudo, não era trivial à época. Naquela quadra, essa afirmação colidia com os dogmas vigentes; questionava a suposição de uma história linear, evolucionista, única, na qual os países subdesenvolvidos estariam para os desenvolvidos como o macaco estaria para o homem, para fazer alusão a uma formulação célebre e que hoje não soa bem.

A teoria da dependência faz mais do que desafiar os dogmas caros ao marxismo e a sua “versão burguesa”, a teoria da modernização. Não se contentou apenas com estilizar o estabelecido, fez mais que isso, mostrou-se capaz de recolher os cacos que produzira e reordená-los.

Não há uma rota única para o desenvolvimento. Há diferentes caminhos ou sequências. Opções, no entanto, são limitadas. Ou seja, há uns tantos caminhos possíveis e estes são determinados historicamente. Alternativas seguidas ontem limitam o conjunto de alternativas disponíveis hoje. E essas escolhas incluem os regimes políticos.

A forma como estou reconstituindo a teoria da dependência mostra sua atualidade. Se usarmos o jargão corrente, se nos curvamos aos modismos acadêmicos, se falarmos em *path dependence*, *critical junctures*, *punctuated equilibrium* e correlatos é possível perceber como a matriz contida em *Dependência e desenvolvimento* se mantém, como resistiu ao tempo. A obra continua influente quase meio século após a sua publicação. Reconheçamos ou não, somos todos “dependentistas”.

E são “dependentistas” autores insuspeitos. A influência de Cardoso e Faletto é substancial em autores como Douglass North, misto de historiador e economista laureado com o Prêmio Nobel. Em boa medida, partes consideráveis da contribuição de North podem ser lidas como traduções e adaptações da teoria da dependência ao jargão neoclássico. Em uma de suas primeiras obras, uma história dos Estados Unidos, North cita repetidamente a versão inglesa de Cardoso e

Faletto. A matriz explicativa permanece atual. Continua sendo a referência para *scholars* que buscam explicar a divergência das experiências históricas em que desenvolvimento e regime político são tratados em conjunto. Não faltam exemplos dessa influência e de sua persistência. Tome-se o livro de Daron Acemoglu e James Robinson, *Economic origins of dictatorship and democracy*. Em que pesem as fórmulas matemáticas que pululam a cada página, a matriz, o cerne do modelo explicativo, não é outro senão aquele proposto por Fernando Henrique Cardoso, ainda que seu nome não conste da bibliografia.

O título da obra de Acemoglu e Robinson contém uma remissão imediata ao clássico de Barrington Moore, *Social origins of dictatorship and democracy*, obra publicada no mesmo ano que *Dependência e desenvolvimento*. A aproximação entre as duas obras, sobretudo nos termos em que estou a reconstituir a contribuição de Fernando Henrique Cardoso, é imediata e direta. Ainda assim, distinções devem ser feitas, e a novidade contida em *Dependência e desenvolvimento* deve ser sublinhada. Para ser sintético, eu diria que Cardoso e Faletto têm as respostas que Moore buscava, a saber, distinguir a rota a ser seguida pelos países em desenvolvimento. A Índia ocupa parte importante do livro de Moore. Fundamentalmente, o que ele quer saber é qual a rota do desenvolvimento a ser trilhado pela Índia e outros *latecomers*. Moore não chega, propriamente, a conclusões sobre o destino da Índia. *Dependência e desenvolvimento*, nesses termos, oferece uma resposta ao problema da combinação entre desenvolvimento e regime político que é mais abrangente e atual. Mais abrangente porque engloba a América Latina, cuja experiência não é discutida em *Social origins*. Mais atual porque atrela desenvolvimento capitalista a regimes autoritários em países de desenvolvimento tardio. Há desenvolvimento mesmo onde não há revoluções burguesas e/ou camponesas. E há desenvolvimento capitalista. Por isso mesmo, a teoria da dependência pode ser transposta a outros contextos e regiões geográficas.

A linguagem mudou. O marxismo e a teoria da modernização cederam lugar à economia neoclássica, ao neoinstitucionalismo histórico. A matriz explicativa, o modelo, este permanece o mesmo. Podemos não perceber, não reconhecer, não mais citar Cardoso e Faletto como fazíamos no passado. Podemos, seguindo os modismos, preferir North, Acemoglu e Robinson, mas *Dependência e desenvolvimento* continua atual. As perguntas permanecem: por que alguns países se desenvolvem e outros não? O que explica a ocorrência de regimes democráticos e autoritários ao longo do tempo e do espaço? Como e por que desenvolvimento capitalista e democracia se combinam? Qual a relação entre subdesenvolvimento e autoritarismo? Como dar conta do atraso da América Latina? Quem quiser responder a essas perguntas hoje

não terá escapatória. Comece por ler *Dependência e desenvolvimento* ou então estará fadado a inventar a roda.

Se nos concentrarmos no Brasil, na aplicação da teoria da dependência a nossa experiência histórica, temos que esta ofereceu a primeira explicação convincente para a instauração de um regime autoritário em 1964. A explicação oferecida permitiu conciliar os fatos à teoria. Isso porque, e isto pode soar totalmente absurdo hoje, as primeiras interpretações sobre o golpe enfatizavam seu lado reacionário, reacionário do ponto de vista econômico. Estariamos diante de uma ditadura tradicional, comandada por forças tradicionais, pelo atraso. O latifúndio estaria por detrás do golpe. O latifúndio aliado ao imperialismo. Isso porque a industrialização do país ameaçaria ou iria contra o imperialismo.

Não é o caso de chateá-los com essa reconstituição. Tampouco cabe citar os inúmeros intelectuais que se aferraram a essa explicação convencional. Não pretendo arranhar imagens tão arduamente construídas. O fato é que não foram poucos os que não notaram o que a realidade mostrava de forma tão clara e incontestável. O mundo mandava suas notícias e muitos recusavam a recebê-las. Por vezes, o problema não é a recusa à conversa com os adversários. Muitas vezes, o problema é de ordem inversa, é a insistência em ouvir apenas os que confirmam nossas ideias, é conversar apenas com os amigos. Quem assim procede acaba por recitar mantras.

Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro a notar o caráter desenvolvimentista do regime, ligando o regime, usando seus próprios termos, às necessidades da nova fase de acumulação do capital no país. O ponto é conhecido e foi explicitado e desenvolvido por Fernando Henrique Cardoso em diversos artigos. Eu tenho que honrar meus compromissos e preciso ser breve. Estabelecido que a explicação do “modelo político brasileiro” comporta uma ruptura com a visão dogmática até então reinante, que a explicação oferecida concilia desenvolvimento econômico e industrialização nos marcos da divisão internacional do trabalho então reinante, que a derrocada da democracia populista se relaciona com essas transformações, tendo estabelecido esses pontos, ou melhor, tendo estabelecido que coube a Fernando Henrique apontar os nexos entre esses termos, eu passo para o próximo ponto ou momento da carreira intelectual de Fernando Henrique Cardoso: o confronto com sua própria teoria.

Se é possível dizer que a teoria da dependência e sua aplicação ao caso concreto da experiência política brasileira implicaram o desafio a dogmas estabelecidos, não será menos verdade reconhecer que essa mesma teoria poderia vir a se constituir em um novo dogma. Fernando Henrique foi o primeiro a tomar consciência e enfrentar as limitações da sua própria explicação. Os títulos de alguns de seus artigos falam

por si: “O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos”, “As novas teses equivocadas”, “As desventuras da dialética da dependência”. Há muitos outros.

O principal confronto, contudo, foi se desenvolvendo aos poucos. Um confronto com suas próprias ideias. Fernando Henrique, paulatinamente, se deu conta das consequências políticas contidas na sua explicação para a emergência e sustentação do novo modelo político. Porque há uma leitura possível da teoria da dependência que nos condena ao imobilismo político. Se o regime político é determinado pela estrutura econômica, se esta última é definida pelo caráter dependente do capitalismo, segue que a negação da dependência é uma condição necessária para a alteração da forma do regime. O autoritarismo seria a forma política necessária da dominação em sociedades dependentes.

De fato, no menu das opções históricas contempladas em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, não consta capitalismo dependente com democracia. O socialismo popular, representado por Allende, é a única alternativa vislumbrada. As experiências históricas elencadas, na ausência de uma ruptura revolucionária, implicam a associação entre subdesenvolvimento e autoritarismo. Há assim um duplo enclausuramento no processo de desenvolvimento da América Latina, duplo porque econômico e político; o subdesenvolvimento e o autoritarismo persistem, resistem às transformações. Para escapar de ambos só uma ruptura. E a ruptura parece ser antes econômica que política. O capitalismo é dependente e associado porque a reprodução do capital não se dá internamente.

Não importa quão sofisticado fosse o marxismo praticado por Fernando Henrique Cardoso e seus pares. A relação causal entre capitalismo dependente e o regime político tinha que ser enfrentada. O risco do determinismo continuava à espreita, pronto para dar o bote, reduzindo o requinte analítico da leitura estrutural do *Capital* a seus termos mais básicos. No texto que publica no período, Fernando Henrique Cardoso evita de forma hábil e cuidadosa uma interpretação economicista da emergência da ditadura militar. Os termos empregados para dar conta da relação entre desenvolvimento capitalista associado e regime político são escolhidos com um cuidado artesanal. Mas esse zelo não resolve o problema de fundo, pois deixa em aberto qual precisamente é a natureza da relação causal entre estrutura e superestrutura. A recusa a uma afirmação taxativa pode ser lida como um reconhecimento implícito das consequências envolvidas.

O fato é que em *O modelo político brasileiro*, coletânea de artigos publicada em 1973, em que o artigo-título oferece a versão acabada oferecida por Fernando Henrique Cardoso para dar conta da emergência do regime militar, já nesse livro consta um artigo intitulado a “A questão democrática”. Não é propriamente uma questão, mas sim uma pos-

sibilidade. E é desta possibilidade que Fernando Henrique Cardoso vai se ocupar nos anos seguintes. O tema ocupa o centro de seu próximo livro. O seu título diz tudo: *Autoritarismo e democratização*. O título anuncia um programa de pesquisa, um compromisso, um engajamento político. O engajamento com o segundo termo, a democratização, leva progressivamente ao questionamento e abandono das categorias analíticas mobilizadas para dar conta do primeiro, da emergência do autoritarismo. A explicação para o primeiro termo, contudo, colide com a possibilidade do segundo.

Um pequeno detalhe na introdução desse livro não pode passar sem menção. Fernando Henrique apresenta seus artigos como ensaios e os justifica fazendo referência às “longínquas raízes lusitanas da nossa tradição cultural e legitimidade para os nossos esforços de síntese entre o analisar e o querer”. Os ensaístas brasileiros Antonil, Alberto Torres, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, são mencionados como exemplos seguidos. A pretendida ruptura entre a ciência e o ensaísmo que fornecera o *ethos* no qual a escola sociológica paulista buscou se legitimar é, portanto, reconsiderada, posta em xeque. O momento é outro.

A possibilidade, a mera possibilidade, da democratização pede uma ruptura no plano das ideias. Como dar conta da possibilidade da emergência de uma ordem política democrática, por minimamente democrática que seja esta ordem, em uma sociedade periférica? A partir desse livro, os artigos acadêmicos de Fernando Henrique Cardoso, muitos deles publicados na revista do Cebrap, ganham um caráter que, na falta de melhor termo, chamarei de exploratórios. Talvez fosse mais apropriado dizer investigativos. Isso porque os artigos revelam uma abertura às mais diferentes perspectivas analíticas disponíveis, uma disposição a testar o alcance de explicações emergentes e alternativas. Em diversas passagens desses textos, Fernando Henrique Cardoso afirma a necessidade imperiosa de se construir um novo paradigma, uma nova teoria que seja capaz de oferecer as balizas necessárias para a construção política com que a sociedade brasileira se defronta. Quero ressaltar essa inquietação intelectual, o movimento incessante ditado pelas notícias que são dadas pela realidade, a necessidade de ter respostas para as questões e opções concretas.

Tão logo nos apresenta uma explicação convincente para a emergência do autoritarismo, Fernando Henrique Cardoso se põe em campo para examinar a possibilidade de sua derrocada. E ao fazê-lo, ao estudar e buscar entender os rumos possíveis de, naquele momento, um remoto e incerto processo de democratização, afasta-se progressivamente da teoria da dependência. O mundo voltara a mandar notícias. A realidade mudou, se moveu, e se moveu de forma incompatível com a teoria.

Neste ponto, cabe mencionar a importância que o Cebrap desempenhou na conversão teórica que a realidade política impôs. E aqui se revela outro aspecto importante da contribuição intelectual de Fernando Henrique Cardoso. O Cebrap, sob sua liderança, esteve sempre aberto a se reciclar, a abrir suas portas, acolhendo cientistas sociais com as mais diversas formações. O Cebrap não foi uma extensão da Maria Antônia. Tampouco a versão institucionalizada do grupo de leitura do *Capital*. O Cebrap foi muito mais que isso. Seu papel para a renovação das ciências sociais ainda está por ser escrito. Mas o que eu queria ressaltar no momento é um fato bem palmar e pedestre. Muita gente formada fora da USP veio a trabalhar no Cebrap. Além de multidisciplinar, o Cebrap sempre esteve aberto a receber intelectuais com formações diversas. Não fiz pesquisa, mas vêm à minha memória os nomes de Francisco de Oliveira, Carlos Estevão Martins, Vilmar Faria, Bolívar Lamounier. Sei que posso estar cometendo injustiças, esquecendo nomes que não poderiam deixar de ser mencionados. Cito os que trabalharam com os temas afins à reconstituição que ofereço. As injustiças que certamente cometi, essas omissões injustificáveis, contudo, só reforçam o meu ponto: o Cebrap não se fechou. Como me disse certa vez a Elza Berquó, a marca maior do Cebrap sempre foi seu ecumenismo analítico.

A tarefa a ser enfrentada pedia a mobilização de um novo arsenal. A leitura estrutural do *Capital*, a exegese de Marx, não traria as respostas para as perguntas que se colocavam. E isto é reconhecido, implícita e explicitamente, nos artigos de Fernando Henrique Cardoso do período. Era preciso se abrir para o diálogo intelectual. Era preciso beber em novas fontes se havia pretensão de contribuir para a construção de uma democracia.

Uma vez mais, o mundo mandava notícias demandando respostas que implicavam romper com dogmas. E a demanda tinha caráter urgente. Era para hoje. O processo político ganhou uma celeridade inesperada, surpreendente. O início do processo de distensão, posteriormente rebatizado de abertura, e os resultados surpreendentes da eleição de 1974 não figuravam no radar de qualquer analista. A resposta do Cebrap é imediata, no ato, de bate-pronto. A análise estrutural do capitalismo cede lugar à pesquisa de opinião. Mas não é o método que importa destacar aqui. O que merece ênfase é a capacidade de se pôr em campo, de responder e processar as notícias que vinham do mundo. E não se tratou de dar uma resposta qualquer. Os artigos de Vilmar Faria, Bolívar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso publicados em *Os partidos e as eleições no Brasil* não explicam apenas a surpresa das urnas, eles vão muito além, eles são prospectivos, indicam rumos. Por assim dizer, está tudo ali. Para os interessados em estudar o processo de redemocratização, esta é a obra, a referência. Repito: está tudo ali. A

redemocratização poderia e iria caminhar pela via eleitoral. No médio prazo, o regime seria derrotado eleitoralmente.

A superestrutura se vingara da estrutura. E essa vingança tinha sabor amargo para os que não acreditavam que esse descolamento seria possível. A realidade se impôs. O Cebrap, como todos sabemos, engajou-se de forma direta na luta pela democracia desde seu início. Antes mesmo da eleição de 1974, se não me engano, líderes do então MDB, procuram o Cebrap para que este colaborasse na elaboração do programa do partido. A participação não se resumiu à política partidária. Não há como deixar de mencionar *São Paulo: crescimento e pobreza* e seu impacto sobre a desconstrução da imagem que o regime autoritário buscava construir. O milagre econômico gerara pobreza. O santo tinha pés de barro. O rei foi apresentado em sua nudez descarada. Mas essa é uma longa história. Não outra história, posto que é a história que Fernando Henrique ajudou a construir. Mas é longa demais para que eu seja breve.

Fernando Henrique Cardoso criou uma instituição que soube se renovar e que sob sua liderança ofereceu respostas aos problemas postos na agenda do dia. As contribuições que estou destacando apontam em uma única direção, a da abertura intelectual, a da disposição para se renovar recusando o pensamento dogmático. Características, vale lembrar, que Fernando Henrique Cardoso já havia demonstrado no Conselho Universitário da USP nos anos 1960. Ouvir argumentos, entender a natureza das ideias para, então, fazer um estrago, para usar a expressão do Giannotti.

Creio poder concluir notando que esta é a marca maior da obra intelectual construída por Fernando Henrique Cardoso, a fuga à resposta convencional. Por isto mesmo, porque capaz de ouvir, porque capaz de distinguir as ideias da sua autoria, por isto mesmo, Fernando Henrique foi capaz de construir uma obra. Uma obra construída em tempos difíceis, em tempos de golpes, de violência e intolerância. Tempos adversos.

Fernando Henrique Cardoso nunca deixou de aceitar e enfrentar os desafios. Esteve sempre aberto a ouvir as notícias do mundo, permaneceu fiel aos ensinamentos recebidos de seu pai. É preciso conversar com todos, até com o carcereiro. Fernando Henrique Cardoso, porque sempre se mostrou disposto ao debate intelectual e político, soube onde estava o novo. Antes dos demais. Sorte nossa.

FERNANDO LIMONGI é professor titular do departamento de Ciência Política da FFLCH-USP e pesquisador do Cebrap.



A OUSADIA DA FORMAÇÃO*

Discurso de agradecimento

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

[*] Transcrição editada de fala improvisada.

Boa noite a todos.

Aos amigos que me saudaram de uma maneira tão generosa: à Paula, à Elza e ao Fernando, que fez um esforço enorme de encontrar motivos para me elogiar. E, sobretudo, a todos os presentes, alguns companheiros de longa data.

É sempre uma grande emoção rever pessoas e recordar fatos. Eu não lembrava mais que houvesse uma ata de fundação do Cebrap, mas lembro, certamente, daqueles momentos. Nunca deixei de reconhecer o significado da solidariedade de pessoas que não haviam sido afastadas da universidade e que se arriscaram ao apoiar a formação do Cebrap, como, notadamente, Candido Procópio Ferreira de Camargo, que continuou professor, e, não obstante, emprestou seu nome para a presidência do Cebrap. Receávamos, àquela altura, colocar em evidência qualquer pessoa que tivesse sido afastada e provocar uma reação mais violenta das autoridades.

Outros professores que não eram tão próximos de nós também ajudaram. As primeiras reuniões sobre o Cebrap aconteceram na Fundação Getúlio Vargas, e Antonio Angarita e Roberto Gusmão foram muito solidários ao emprestar os seus nomes. Recentemente, na cerimônia de entrega do Prêmio Kluge, reencontrei Peter Bell. Peter era um jovem que trabalhava na Fundação Ford, e nessa época nós, da esquerda, tínhamos horror às fundações, embora eu, que havia trabalhado na Cepal no exílio e convivido com esse mundo mais modernizado, já não tivesse tanto. Havia um entrosamento muito grande entre certas fundações que preservavam sua independência em relação a seus mantenedores e que tinham um papel muito grande na formação e na transformação de setores acadêmicos pelo mundo afora. No Brasil, aliás, a Fundação Rockfeller foi fundamental na criação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Mesmo assim, no entanto, a aproximação com uma fundação, sobretudo americana, era difícil.

Peter, que teria depois um papel enorme no Chile, ao resgatar cientistas sociais e salvar da morte certa muitos intelectuais chilenos, agiu incisivamente para convencer seus patrocinadores de que valia a pena

dar algum recurso para uma organização como o Cebrap, que nascia numa área cinzenta: não se sabia se seria aceito com legitimidade, ou se seria considerado uma organização subversiva.

Para criar uma organização como o Cebrap era preciso buscar respaldo, o que não era fácil. Nós o encontramos em pessoas que estavam “do outro lado”, ou seja, que haviam apoiado o movimento de 1964, mas que ao mesmo tempo haviam preservado parte da sua formação liberal. Em Severo Fagundes Gomes, que tinha prestígio entre aquele grupo e que sempre respaldou as iniciativas do Cebrap, encontramos um forte apoio, assim como em Paulo Egydio Martins, que não tinha participação política ativa na época mas se tornaria governador de São Paulo em 1975.

Essas pessoas sempre dialogaram conosco. Quando meu pai me contava histórias do tempo que esteve preso na Fortaleza da Laje (onde ficou presa uma parte dos tenentes revolucionários do movimento de 1922), sempre insistia na importância de conversar com os que não estão na mesma situação que nós.

Meu pai era tenente na época, e na mesma prisão estava um irmão dele. (A minha família toda estava presa, aliás, incluindo meu avô, que era general, o único que apoiou o movimento de 1922. Ele e o Hermes da Fonseca ficaram presos em um navio por algum tempo.) A maneira que achou para se comunicar com o irmão foi cativar o soldado que o prendia. Com o tempo, estabeleceu-se uma relação, e ele e o irmão passaram a se comunicar frequentemente. Aprendi desde cedo que é indispensável na vida não afastar aqueles que são diferentes de nós. Isso talvez tenha me ajudado, inclusive na formação do Cebrap: ampliar o leque com aqueles que, embora não fossem como nós, podiam aceitar que houvesse algum grau de legitimidade no que estávamos fazendo.

Os primeiros anos do Cebrap, no entanto, não foram nada fáceis. A suspeita era enorme e não tínhamos recursos nem tampouco como obtê-los. Nessa altura, outra pessoa que teria um papel importante na política brasileira, Dilson Funaro, nos ajudou também. Dilson era irmão da Dalva Gasparian, e o Fernando Gasparian muito amigo meu, assim como a Dalva muito amiga da Ruth. Por meio do Dilson, que virou secretário da Fazenda em São Paulo, e com a ajuda de outras pessoas que estavam ligadas ao seu gabinete, conseguimos um contrato de assessoria com a Secretaria do Planejamento de São Paulo, que passava recursos diretamente para o Cebrap.

Sempre houve, assim, uma articulação que ia além do nosso núcleo. Assim como alguns outros componentes desse núcleo, eu não tinha uma visão fechada sobre quem é bom e quem é mau. O bem e o mal variam no tempo, e o objetivo na vida, na vida prática, na vida política, não é apenas distinguir entre quem é bom e quem é mau, mas tentar transformar o mau em bom (se é que somos nós os bons). Mas, na

expectativa de que estejamos com a razão, devemos tentar convencer e atrair os outros, e não afastá-los, nem condená-los, nem injuriá-los porque não pensam como nós. Esse sentimento, que é a essência mesma do jogo democrático, sempre esteve presente em mim e em muitos, talvez em todos nós. Assim foi criado o Cebrap.

No entanto, essa distância que supostamente sempre existiu entre a ciência e a política, entre a vida intelectual e a vida prática, é mais teórica do que real. Muitos grandes pensadores das ciências sociais tiveram participação ativa na política. Weber era deputado, Marx era líder de uma facção importante da vida política prática, e um dos grandes pensadores da democracia, Tocqueville, foi deputado várias vezes. Os autores que pensaram o Brasil com mais vigor participaram igualmente da vida política. José Bonifácio, deputado das cortes de Coimbra e depois regente do Brasil (exercendo grande influência sobre a formação de dom Pedro II), é para mim um ser excepcional: iluminista, tinha um domínio extraordinário da literatura da época. Até hoje seu livro *Um projeto para o Brasil* é contemporâneo. Bonifácio queria, já no fim do século XVIII e começo do século XIX, acabar com a escravidão, fazer a reforma agrária e empreender um esforço enorme para acabar com o analfabetismo no Brasil.

Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre e meu mestre Florestan Fernandes foram deputados. Eu acho curioso que nós insistamos nessa ideia de que existe uma barreira (permeável, como Fernando Limongi mostrou) entre o que é pensar e o que é agir, embora nem todo cientista esteja condenado a se transformar em político, e muito menos, para a sorte da ciência, todos os políticos a se transformarem em cientistas. Mas existe, mesmo assim, uma formação rígida que separa os que pensam dos que agem.

Há, certamente, tensões entre ação e pensamento. Isaiah Berlin abordou em seus ensaios a questão da escolha entre valores incompatíveis de uma mesma cultura: entre a injunção “não matarás” e a decisão de ir à guerra, por exemplo. Situações agônicas como essa são recorrentes. Também o político se encontra recorrentemente diante de dilemas como esse, porque está submetido a tensões sempre em transformação e precisa fazer escolhas. E escolhas, em última análise, se baseiam muito mais em juízos, ou seja, em avaliações, do que em certezas. Isso é próprio da prática política. Mas quantas vezes também o cientista, ao invés de ter certeza, intui e segue sua capacidade de discernir o que é certo do que é errado, confirmando apenas depois aquilo que ele intuiu como se fosse uma verdade cientificamente demonstrada?

Nunca paramos de aprender, e no decorrer da vida as vocações se fazem e se refazem; o importante é ter alguma formação. Nesse sentido

o Cebrap e o trabalho do Cebrap (e aqui destaco a paixão do Giannotti pela formação) são muito significativos. Tivemos, os mais velhos aqui presentes (e certamente os demais também), a sorte de receber uma formação razoável. Quando entrei na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que funcionava ainda na praça da República onde hoje é a Secretaria da Educação, eu não sabia muito bem o que era sociologia. Eu queria fazer, transformar o mundo, ou, mais modestamente — eu nunca fui muito modesto —, transformar o Brasil. Mas ainda não tínhamos muita ideia da diferença entre a prática social e o pensamento sobre essa prática. No começo, para mim pelo menos, foi um choque ver os professores de avental branco. Éramos submetidos a uma intoxicação indigenista: havia uma paixão por pensar a partir das sociedades mais simples. O Florestan tinha escrito *A organização social dos Tupinambá*, que é um primor de livro, e estava começando a escrever *A função social da guerra*. Era, por assim dizer, índio para todo lado. Líamos muito, mas com denodo principalmente a literatura antropológica, sobretudo a inglesa. Tínhamos que estudar os nuer. Eu nem sabia o que era um nuer, mas nós tínhamos que estudá-los. No entanto, a relação entre isso e a luta de classes, que nos apaixonava, era muito longínqua. Quem nos forneceu uma alguma pista inicial foi o Mannheim de *Ideologia e utopia*. Weber, de certa maneira, também nos ajudou a recolocar de maneira mais precisa as questões que nos intrigavam.

O lado positivo é que essa formação nos obrigava a ler e a ler. Quando cheguei ao segundo ano da faculdade havia um professor chamado Martial Guérout, do Collège de France. Guérout ministrava um curso sobre Kant que havia começado no ano anterior, e cuja bibliografia era em alemão. Eles nos lia suas anotações, e não entendíamos nada. Não entendi Kant naquela época, e acho que hoje ainda não entendo. Lívio Teixeira nos ensinou a ler Descartes. Nesse caso acho que aprendi alguma coisa, e não foi difícil passar da filosofia de Descartes para a sociologia de Durkheim.

No entanto, sem perceber, estávamos aprendendo um modo de pensar, que é o mais importante. Pensar, afinal, implica perguntar. As respostas são sempre provisórias, e incluem a procura por métodos adequados. Com o amadurecimento esquecemos os métodos um pouco, embora no começo nos apaixonemos por eles. No entanto, devemos sempre responder às perguntas que nos afligem com certo rigor, o que pressupõe, de saída, saber perguntar. Foi o que aprendemos na faculdade: saber perguntar e, por consequência, duvidar (uma lição que, aliás, já achamos em Descartes).

Alguém disse que eu tentei destruir dogmas, o que muito me agrada; confesso que é verdade. Acho que todo pensamento parte dessa intenção. Questionar, não ter certeza, perguntar, duvidar metodicamente das coisas, inclusive daquilo que a gente mesmo produz, e por uma

razão muito simples: as ciências humanas são históricas, elas mudam. Florestan dizia isso. As ciências humanas e seus conceitos são saturados de história. Valem em um dado momento, e no outro têm que ser refeitos, porque a própria realidade se transforma. É essa transformação permanente que faz a ciência avançar. São também ciências morais: têm um conteúdo valorativo. Estão submersas no movimento de vontades, que não é simplesmente o movimento natural, não é algo dado e definitivo. As condições históricas e sociais são estruturas reais, mas podem ser transformadas. Isso no fundo é a essência das questões que nós discutimos a vida inteira a respeito das transformações das estruturas sociais, políticas e econômicas.

Quando comecei a estudar a realidade brasileira (inspirado principalmente pelo Florestan e pelo Roger Bastide), foi com essa bagagem que procurei entender, de uma maneira criativa, o que era a escravidão contemporânea, ou seja, a escravidão capitalista moderna do negro no Brasil. Fomos obrigados a isso, por assim dizer, por força de nossa formação na dialética marxista: como é que abordaríamos a escravidão? Não podíamos simplesmente transferir os conceitos capitalistas “puros” para um capitalismo escravista, ainda que essa escravidão fosse capitalista, já que a produção brasileira era capitalista, mercantil, toda ela voltada para exportação, e o escravo sua mão de obra. Ora, como usar a noção de mais-valia relativa num sistema produtivo baseado na escravidão? Um escravo é capital fixo, ele é comprado, é propriedade perpétua, é uma máquina, um *instrumentum vocale*, como se dizia. Como usar os conceitos tradicionais? Era preciso proceder a uma transformação conceitual para entender as características específicas desse sistema. Não era possível simplesmente transferir os conceitos clássicos. Talvez fosse a mesma ideia, mas transferida para outros contextos, para a questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Quem mais chamou nossa atenção para isso na época foi Alain Touraine, que ao ler os trabalhos que eu, Juarez Brandão, Octavio Ianni e Leôncio Martins tínhamos feito na ocasião para publicar na revista francesa *Temps Modernes* editada por Sartre, me disse jeitosamente: “O que vocês estão fazendo é ótimo, mas vocês estão pensando que o Brasil vai repetir a história da Europa. Vocês estão estudando as classes aqui, sem entender que aqui o Estado pesa muito. Não estão entendendo que aqui a ideia de formação da nação é importante, enquanto lá isso já está dado. Vocês estão só vendo um aspecto das questões”. Ou seja, tínhamos que repensar nossa abordagem, perseguir esse movimento entre o particular e o geral para ter um todo concreto que não se explica no isolamento, tampouco simplesmente como um subproduto de uma lei geral universal.

A teoria do desenvolvimento dependente mostra isso. Na época

da Cepal fazíamos até esquemas de reprodução do capital, para mostrar como eram diferentes segundo o tipo de dependência. Havia esquemas abstratos, quase de lógica pura (como o Giannotti certamente gostaria), para mostrar que havia diferentes encadeamentos em cada situação de dependência. Éramos obrigados, num certo sentido, a ver o novo, ver o que estava acontecendo naquela realidade específica e produzir conceitos que fossem capazes de explicar os momentos específicos, novos, do desenvolvimento histórico. A esse método, creio, tentei ser fiel a vida toda, mesmo hoje, dentro das limitadas possibilidades que tenho para produzir qualquer análise teórica.

Tenho muito orgulho em ter contribuído, como muitos outros, para a criação do Cebap. A Elza e o Giannotti foram esteios formidáveis da instituição. Não quero deixar de me referir à Ruth, que me substituiu quando eu fui embora para Brasília. Já me referi a tantos outros e serei injusto com muitos outros que lá trabalhavam e tantos outros mais. Realmente tenho muito orgulho de ter participado desse processo e acho que o que a Paula disse é verdade: a instituição se manteve, avançou, se diversificou. Os tempos são outros.

Para terminar, gostaria de fazer algumas reflexões típicas da velhice, apesar de o envelhecimento ser coisa de que eu não gosto. Lembro muito bem como debatíamos vigorosamente, com enorme entusiasmo, como brigávamos até a morte nos debates do chamado “mesão” (provavelmente era uma mesa pequena, mas naquele tempo nos parecia enorme). Economistas, cientistas políticos, sociólogos: quem pensava contra o governo militar, contra o sistema autoritário, ia lá. Não havia tanta diferenciação disciplinar. Conceição Tavares, Celso Furtado, Luciano Martins, Luciano Coutinho, José Serra: tínhamos a chama íntima, queríamos desvendar as coisas, e tínhamos certa pureza de alma, o que é muito importante. Acreditávamos que é possível melhorar; acho que acredito até hoje.

Isso me faz lembrar o tempo em que fui (junto com o Serra) membro do Instituto de Estudos Avançados de Princeton, aonde chegamos pela vinculação com Albert O. Hirschman. Lá acontecia algo muito assustador. O instituto é uma torre de marfim criada quando o Einstein foi para os Estados Unidos nos anos 1930; no entanto, ele não desenvolveu nada de relevante no instituto: suas grandes ideias já haviam aflorado em décadas anteriores. Ainda assim, era uma pessoa fora de série, extraordinária, e assim é cultuado até hoje pelos jovens estudantes de física teórica e matemática. O Instituto recruta jovens, entre os melhores, que terminaram o doutorado e se dedicam furiosamente aos estudos. Mas lá vivem em uma condição de extrema angústia. A tensão é imensa, porque esses jovens cientistas sabem que, pelo menos nessas áreas, a criatividade aflora até, no máximo, os trinta anos de

idade. Para ter imaginação suficiente para ousar inventar algo nessas disciplinas muito abstratas você não pode saber muita coisa. Quem sabe muito acaba restringindo sua audácia criativa, pois sabem que muito do que imaginam ser novo já foi descoberto ou inventado por outros cientistas. Assim, quanto mais jovem maior a chance de criar algo novo. Quem inova passará o resto de seus dias passeando pelas alamedas do Institute for Advanced Study ou em algum outro lugar de sábios, fazendo *jogging* e, vez por outra, dando conferências, coberto de glórias. Entretanto quem não conseguir inovar passará seus dias como professor universitário, como muitos. Vai ganhar pouco e ensinar as descobertas dos outros...

É uma angústia enorme. Mas será que nas ciências humanas é assim também? Sempre podemos inventar uma desculpa para dizer que não: as ciências humanas são históricas, na sociologia, na filosofia, quem sabe até na economia, com o tempo a maturidade permite ver melhor. Hoje tenho as minhas dúvidas. Talvez seja verdade que a idade ajude a enxergar melhor. Mas acho que a pureza de espírito, que vem de certa ignorância, de certa ingenuidade, leva à ousadia. O pior que pode acontecer no desenvolvimento da vida intelectual é deixar de ousar. Quando sabemos muito, temos muita desculpa para não ousar.

O Cebap foi um local que permitiu que as pessoas continuassem ousando. Eram momentos difíceis; ainda assim ousamos. Vocês continuaram ousando. Não sei se continuo a ter coragem para ousar, mas, quando posso, tento ser contra tudo o que está aí. Contra os meus. Contra mim mesmo. Para tentar, muitas vezes, ir mais longe. Confesso que, a essa altura da vida, é difícil. De modo que eu fico muito agradecido por vocês ainda se lembrarem de mim. Muito obrigado.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, sociólogo, foi presidente da República (1995-2002).